

COTIDIANO E SOCIABILIDADES EM TORNO DO CANGAÇO

Deuzimar Matias de Oliveira
Mestrando PPGH/UFCG
deuzimar_matias@yahoo.com.br
Dr. Gervácio Batista Aranha (Orientador)
Prof. UAHG/PPGH/UFCG
gbaranha@bol.com.br

Pensar no movimento do cangaço é pensar, antes de tudo, em homens comuns que enfrentavam diversos problemas sociais na região que hoje conhecemos como o Nordeste do Brasil. Majoritariamente, os cangaceiros eram camponeses com aspectos sociais e profissões diversas: eram escravos fugidos ou libertos, agricultores, vaqueiros, capangas, entre outros que, ao entrarem para o cangaço, tiveram seus nomes registrados, de forma estigmatizada ou heróica, em romances, poemas e canções populares, bem como nas representações apresentadas pelos jornais e processos criminais produzidas por grupos de intelectuais que se colocavam a serviço da Lei e da ordem social da qual falavam. Nesse sentido, buscamos, a partir da análise de processos criminais, de jornais de época e de textos literários, os rastros deixados por cangaceiros, a exemplo de Antônio Silvino, na tentativa de resgatar um pouco das histórias de vida e do cotidiano do cangaço, principalmente no tocante às sociabilidades estabelecidas com alguns grupos sociais da Paraíba.

Através de nossas pesquisas sobre Antônio Silvino, pudemos perceber que suas andanças, juntamente com seus homens, foram freqüentes no território paraibano. Quando não cruzava o brejo, normalmente atuava na área limítrofe entre este Estado e o de Pernambuco, de modo que quando perseguido pelas autoridades de um desses Estados, de imediato evadia-se para outro vizinho, já que sabia que a polícia de um Estado não podia atuar noutro. No entanto, o mais importante para a sobrevivência de um grupo de cangaceiros, além das táticas que utilizavam para despistar policiais e confundir autoridades, era a ajuda que recebiam dos populares, formando uma complexa rede de solidariedade.

Assim, ao passar pela Vila de São João do Sabugi, rumo ao Rio Grande do Norte, Antônio Silvino visitou algumas pessoas, almoçou e jantou na casa de um e

outro. Nessas visitas ele costumava conversar bastante. Bem humorado, falava de forma detalhista e mansa, não demonstrava ser a figura cruel representada cotidianamente nos jornais (DANTAS, 2006, p. 53). Essa afeição era verificada também entre as pessoas mais abastadas da região do agreste paraibano, como senhores de engenho e poderosos coronéis, os quais, o recebiam com distinção.

Na Paraíba o cangaceiro tinha esconderijos extremamente seguros e confiáveis, espalhados por entre a vasta região entre Alagoa Grande e Ingá. Nessa Zona, vários figurões lhe davam apoio. Coronel Eufrásio Câmara, de Cabaças; o Major Virgílio Mendonça, do Pirauá e o Coronel Manoel Borba, em Mogeiro. (DANTAS, 2006, p. 77)

Numa ocasião, por volta do ano de 1908, Silvino teria mandado um bilhete ao Coronel José Paulino, influente fazendeiro do Pilar, dizendo que lhe faria uma visita. Ao receber a notícia, a casa ficou em pânico, pois no ano anterior Silvino havia arrasado a casa do Comendador Joaquim Pio Napoleão, então prefeito daquela Vila, aonde¹

fora para receber o pagamento de uma nota falsa que o Coronel Napoleão lhe passara. E não encontrado o velho, vingara-se nos seus bens com uma fúria de vendaval. Sacudiu para a rua tudo o que era da loja, e quando não teve mais nada a desperdiçar, jogou do sobrado abaixo uma barrica de dinheiro para o povo. (REGO, 1980, p. 14)

Antônio Silvino foi ao engenho do coronel Paulino em visita de cortesia. Todavia, Silvino não era o “super-herói” que recheava o imaginário das crianças e de boa parte dos populares. Durante a visita que fez à fazenda Santa Rosa, ele se desnuda perante Carlinhos. Não passava de um simples sertanejo que vivia do crime e fugindo da polícia. O próprio Carlinhos, narrador-personagem do romance, nos conta que o grupo de Antônio Silvino chegou à porta da casa-grande da Fazenda já de noite, com o chefe à frente e seus doze homens à distância.

Subiu a calçada como um chefe, apertou a mão do meu avô com um sorriso na boca. Lavado para a sala de visita, os cabras ficaram enfileirados na banda de fora, numa ordem de colegiais. Só ele tomava intimidade com os de casa. Ficávamos nós, os meninos, numa admiração de olhos compridos para o nosso herói, para o seu punhal enorme, os seus dedos cheios de anéis de ouro e a medalha com pedras de brilhante que trazia no peito. O seu rifle pequeno, não o deixava, trazendo-o entre os joelhos. À hora do jantar foram todos para a mesa. Ele na cabeceira, e os cabras em ordem, todos calados, como se estivessem com medo. Só ele falava, contava histórias – o último cerco que os macacos lhe deram em Cachoeira de Cebola – numa fala de tataro, querendo fazer-se de muito engraçado. (Idem, p. 15)

Para Carlinhos, Silvino tinha perdido o prestígio de herói. É que além da simplicidade e da fala bamba, a arrogância e impetuosidade com que teria tratado seu avô não eram dignas de um herói (Idem). Esta sensibilidade de Carlinhos denuncia que os cangaceiros, mesmo proclamados em canções e cordéis ou denunciados como criminosos pelos jornais, não eram nem um pouco diferentes dos homens da terra.

Bem como nas representações literárias, as imagens refletidas nos processos criminais também nos dão pistas dos laços de solidariedade entre de Silvino e o povo paraibano. Num depoimento à Justiça, o cangaceiro Firmino Paulo da Silva, conhecido como “Fura Moita”, disse que na Paraíba Antônio Silvino se entendia com várias pessoas: “no lugar Juá em casa do velho Ribeiro conferenciava o chefe Antônio Silvino com Manoel Velho, sub-delegado de Serra Redonda e com Manoel Bento morador no Juá de Cabaças”². Também, sabia ele que Antônio Francisco, morador em Queimadas, era o encarregado por Antônio Silvino da compra de armamentos e munição.

Ao juntar-se a Antônio Silvino, em 1905³, “Fura Moita” seguiu, juntamente com o grupo de cangaceiros, para o lugar “Riacho do Fundo”, onde ficaram escondidos por vários dias. Após isto, o grupo partiu para “Gurinhensinho” e lá ficaram na casa de Nicolau por um período de, aproximadamente, um mês. Porém, após esse período de estadia, o grupo se dividiu para evitar qualquer possibilidade de perseguição por parte da força policial paraibana. Em virtude dessa separação, “Fura Moita” “saiu para Cabaças, permanecendo ali durante dois meses escondido, sem ter tido ciência o respectivo proprietário”⁴. Todavia, após esse tempo, o grupo tornou a se reunir em “Marés”, perto de Serra Redonda, e vagueou por diversas lugares da Paraíba, visitando sitiantes e Fazendeiros que lhes forneciam alimento e dinheiro para o sustento. Restabelecida a formação do grupo

voltaram para o lugar já referido Riacho do Fundo, de onde tornaram a partir para o Jucá e estiveram em casa de Herculano Velho seguindo depois para Serra de Cabaças para a casa de uma viúva de nome Ursulina, fazenda do Coronel Eufrásio Câmara, onde permaneceram pelo espaço de cinco dias e depois para o Jucá em casa do velho Jovino d’onde partiram para a Serra de Queimadas, Distrito de Fagundes, d’este termo para a casa de Antônio Francisco aonde estiveram ocultos pelo espaço de trinta dias, pouco mais ou menos e logo depois seguiram para Vertente do Lásio (sic), do Estado de Pernambuco, de onde voltaram para Cabaças e ali permaneceram.⁵

Todavia, nem sempre Antônio Silvino manteve laços de solidariedade ou agiu de maneira benevolente. Alguns crimes faziam com que muitas pessoas tivessem aversão ao cangaceiro, reprovando seus atos, mesmo que Silvino procurasse justificá-los. A exemplo disso, em fins do ano de 1905, Antônio Silvino com seu grupo de cangaceiros, vestidos de soldados, invadiram o lugar denominado “Torres”, na Vila do Ingá, em busca de mais uma vingança. Lá chegando, o grupo de cangaceiros adentrou à casa de Manoel Rodrigues e o assassinou com diversos tiros e golpes de faca. Porém, antes mesmo do crime, Antônio Silvino e seus homens haviam almoçado na casa do cidadão Jesuíno Amorim, morador no Surrão do Amorim, aonde disseram que iam matar Manoel Rodrigues. Segundo Anna das Virgens Pessôa, viúva de Manoel Rodrigues, o crime ocorreu devido Antônio Silvino não ter sido atendido por seu marido quando solicitou uma importância de duzentos mil reis. Todavia, Honorio Salatier da Silva Amorim, testemunha no processo, disse que Antônio Silvino era inimigo de Manoel Rodrigues “por ter este acompanhado os praças do governo em sua perseguição”⁶.

Após o crime, Silvino e seus homens levaram da casa de Anna Pessôa duas armas de fogo, sendo uma máuser e um rifle, objetos de ouro e algumas peças de roupa e dinheiro. Apesar de Silvino ser representado, no imaginário popular, como “justo”, “vingador” ou “protetor dos pobres”, os roubos e extorsões por ele cometido não tinham “o propósito principal de redistribuição de renda rural. Significava, sim, assegurar a própria manutenção e a de seus cangaceiros” (DANTAS, Op. Cit., p. 70).

Deste modo, independente de qualquer motivo, os atos violentos de Antônio Silvino sempre deixava uma grande parcela da população apavorada e com medo de ser perseguida pelos cangaceiros, se porventura denunciasse o paradeiro do grupo ou proferisse alguma injúria contra o mesmo. Apesar de algumas pessoas da época dizerem que os cangaceiros só faziam mal ao povo “quando andam aperreados pela polícia, quando desconfiam que se deu notícia deles à tropa do governo, ou quando, precisando de dinheiro, sabem que o sabagante tem em casa, mas não dá porque não quer” (QUEIROZ, 1977, pp. 143-144), o povo não vivia sossegado. A angústia pode ser percebida na fala das pessoas que vivenciaram o momento, principalmente em seus

depoimentos nos processos criminais, as quais davam informações imprecisas e muitas vezes desencontradas entre um testemunho e outro. O depoimento de Anna das Virgens Pessoa é um exemplo. No inquérito policial do assassinato de Manoel Rodrigues, Anna disse que

os soldados que haviam assassinado seu marido são os cangaceiros que acompanham Manoel Baptista, conhecido por Antonio Silvino, o qual vinha apaisano, não sabendo afirmar se Antonio Silvino desfechou algum tiro em seu marido ou se todos os tiros foram dados por seus companheiros; que não sabe dizer se os assassinos de seu marido foram Antonio Silvino e seus companheiros porque não conhece nenhum dos que estiveram em sua casa.⁷

Portanto, apesar de Anna Pessoa ora contar que o grupo que assassinou seu marido era comandado por Silvino, ora dizer que não sabia realmente se eram os mesmos, devido nunca ter visto qualquer um daqueles homens, ela afirmou a Honório Salatier da Silva Amorim, um vizinho que esteve em sua casa logo após o crime, e a Manoel Torquato de Lyra Junior, homem que vivia próximo a sua residência, que os assassinos de seu marido tinham sido Antônio Silvino e seus companheiros. Além disso, logo após o crime, Benedicto, filho de Anna Pessoa, foi à feira de Serra Redonda chamar Raymundo Simão da Silva e Isidro Barbosa da Silva, entre outros, para ajudarem a carregar o corpo de seu pai para o cemitério daquela cidade, declarando também, aos mesmos, que seu pai tinha sido assassinado por Antônio Silvino e seus cangaceiros.⁸

Mesmo que Silvino fosse admirado por muitos populares, várias pessoas não estavam de acordo com os seus atos, não aceitavam que familiares, amigos ou conhecidos fossem assassinados por questões de pouca importância. Tal circunstância as levavam a depor nos julgamentos contra Silvino, confirmando a passagem do grupo de cangaceiros pela localidade em que viviam, bem como os crimes que perpetravam. Essas imagens nos leva a crer que Antônio Silvino não era apenas um vingador, justiceiro ou protetor dos pobres, como muitos o intitulavam. Agindo de acordo com suas conveniências e necessidades, Silvino também levava o terror e a inquietude aos homens e mulheres da Paraíba, invadindo e assaltando arruados, vilas e cidades.

Não raro, o grupo de Antônio Silvino era acompanhado por populares e/ou capangas de poderosos fazendeiros ou chefes políticos locais. Em 1905, o grupo

comandado por ele assaltou o povoado de Alagoinha, do termo de Guarabira, deixando a população apavorada. Desta vez, vários populares ajudaram o grupo na empreitada. O cangaceiro “Fura Moita” afirma que, além dele, fizeram parte do grupo assaltante

Nicolau morador em Gurinhemsinho e para isto mudou até de nome concludindo uma pessoa sua de nome Valdivino Pedreiro; que depois do assalto voltaram todos para o citado lugar Cabaças, que o numero dos assaltantes compunha de quatorse homens e que elle respondente póde precisar os nomes seguintes: Manoel Moisinho (sic), José Duca, Hermenegildo, João Tetéo, Miguel Pedreiro, Antonio Felix e os demais não póde precisar os seus nomes.⁹

Por esse tempo, Antônio Silvino já era bem famoso e sua maneira de agir conhecida das autoridades. Quaisquer furtos, roubos ou assassinatos praticados por algum cangaceiro, as autoridades culpavam Antônio Silvino. Assim, vários outros grupos de cangaceiros aproveitaram-se de sua reputação para cometer crimes e lhe por a culpa.

Segundo “Fura Moita”, existia no Mulungú de Cabaças um individuo conhecido por Bronzeado que teria lhe convidado e oferecido pagamento para assassinar Bellarmino, o qual achava-se amasiado com sua esposa. Assim, aceito o convite, foram ambos à casa de Bellarmino, aonde coabitava com a mulher de Bronzeado, botaram a porta abaixo e, aparecendo Bellarmino, Bronzeado lança mão do rifle de “Fura Moita” e desfecha dois tiros em seu ofensor, devolve a arma ao seu dono e foge do local, procurando tirar de si a responsabilidade do crime. De posse novamente da arma, “Fura Moita” dispara mais um tiro contra a vítima¹⁰. Queria garantir o pagamento pelo serviço.

Portanto, ao certificar-se que “Fura Moita” assassinou Bellarmino sem o seu consentimento, Antônio Silvino o dispensa do grupo, toma a arma e lhe dá a quantia de cinquenta mil reis. Porém, antes disso, Silvino teria contado o fato ao Coronel Eufrásio Câmara, o qual lhe tinha dado ordem para matar o cangaceiro criminoso, mas como não queria assim proceder o expulsou do grupo.¹¹

Como foi observado, Antônio Silvino sempre andava com um grupo reduzido. Às vezes, quando necessitava defender-se de uma tropa bem guarnecida ou atacar vilas ou cidades de maior porte, recrutava alguns moradores ou pedia auxílio de

algum coronel ou fazendeiro que o estimasse. Após vários conflitos ocorridos em território paraibano, por volta do ano de 1906 Antônio Silvino retirou-se do Estado da Paraíba para um lugar em que não era conhecido¹². Isto ocorreu devido ao cerco da polícia paraibana estar cada vez mais intenso. Normalmente, suas passagens pelas cidades paraibanas eram marcadas por conflitos e laços de solidariedade, uma relação de amor e ódio entre ele e a população.

No final da década de 1900, o nome de Antônio Silvino ecoava por todo o país e já repercutia no estrangeiro como “governador do Norte do Brasil”. Esta referência foi feita por um jornal estrangeiro, naturalmente quando a Companhia Great Western teve de fazer um acordo com Silvino, no sentido de que o trem pudesse trafegar livremente por suas estradas de ferro, uma vez que foram ameaçadas de destruição pelo cangaceiro (*Correio de Campina*, 13 dez. 1914). Entretanto, apesar desse acordo ter sido noticiado pelos jornais da época, parece que na prática ele não se realizou, pois a Companhia Great Western teria solicitado reforço do Exército para garantir a construção do trecho Itabaiana-Campina Grande.

Vários jornais da Paraíba e de Pernambuco davam notícias dos crimes, dos feitos e das vitórias do cangaceiro sobre seus opositores. Informações que tinham entre outros objetivos os de denunciar o banditismo e também de clamar, às autoridades responsáveis pela ordem social, uma enérgica ação contra os criminosos.

Antônio Silvino governou os dois Estados 19 anos, em cujo período sentenciou ele centenas de pessoas a pena última, deportou milhares, empobreceu outros tantos, incendiou casas e povoações inteiras, casou, batizou, e tudo fez sem que respeitasse as leis do país e nem as autoridades constituídas pudessem interromper-lhe a danificadora ação. (*Correio de Campina*, 13 dez. 1914)

Além disso, os vários crimes cometidos por Silvino, os modos com que agia e as táticas que utilizava para burlar normas sociais, driblar os cercos da polícia e conquistar a simpatia de populares e, até, de grandes fazendeiros e chefes políticos, causavam certa desconfiança entre os administradores do Estado da Paraíba e seus auxiliares no interior. Diante disso, não “havia confiança comercial nas transações em grosso com os retalhadores no centro, e não havia confiança entre os proprietários

vizinhos” (*Correio de Campina*, 06-12-1914), pois eles desconfiavam sempre de uma intervenção violenta de Silvino, quando incitado pelos desafetos.

Outrossim, nos inúmeros combates com as forças policiais do Estado, alguns oficiais e muitos soldados foram sacrificados, deixando várias mulheres viúvas e filhos órfãos. Com relação a estes, nem sempre o Estado lhes concedeu pensões. Apenas em períodos de extrema pobreza é que mandava alguma ajuda. Em Campina Grande, por exemplo, viúvas de soldados mortos nos confrontos recorreram, inúmeras vezes, aos jornais da cidade pedindo auxílio para não morrerem de fome. (*Correio de Campina*, 13-12-1914)

Antônio Silvino mostrava-se imbatível frente os conflitos, os embates e as perseguições policiais. Todavia, desde o ano de 1909 ele manifestava o desejo de deixar o cangaço. Em outubro desse mesmo ano, quando invadiu a fazenda Queimadas, Silvino pediu ao proprietário da mesma, o Senador paraibano João Coelho Gonçalves, que rogasse em seu favor junto ao Governo do País, pois estava disposto a se entregar (DANTAS, Op. Cit., pp. 135-136). Seu desejo era evidente: deixar o cangaço em prol de uma vida mais tranquila. Anos mais tarde,

Sonhando se estabelecer como criador de gado no Estado do Rio Grande do Norte, pediu Silvino a um padre de seu conhecimento que intercedesse por ele junto ao governo. Prometia mudar de vida, desde que suas atividades passadas fossem perdoadas e esquecidas. A resposta foi negativa, o que o enfureceu. (QUEIROZ, Op. Cit., p. 78)

Vendo que nada acontecia em seu benefício, Silvino continuou sua caminhada de conflitos, perseguindo inimigos e confrontando-se com autoridades. Em novembro de 1914, por exemplo, ele e seu grupo de cangaceiros invadiram a *Fazenda Cacimba do Boi*, no lugar “Corta-dedo”, de propriedade de Christiano Lauritzen, e mataram diversos animais bovinos. Tal crime ocorreu devido Lauritzen ter negado um pedido a Silvino, de dois contos de réis (DANTAS, Op. Cit., p. 203). O desfecho desse fato não poderia ter sido outro: o Delegado de Polícia de Campina Grande, Tenente João Facundo, sabendo do fato, enviou o Sargento Horácio, juntamente com dez praças, na perseguição do grupo de Antônio Silvino. Obedecendo à ordem de seu superior, o Sargento pôs-se na pista dos cangaceiros, os quais sendo perseguidos de perto, tomaram

animais no lugar Gangorra e seguiram para a Serra de Taquaritinga, em Pernambuco (*Correio de Campina*, 13 dez 1914).

O cerco estava se fechando. As tropas pernambucanas permaneciam em alerta, vagando o Agreste e o Sertão daquele Estado. “Delegados de Timbaúba, Igarassú, Nazaré, Limoeiro, Bom Jardim, Taquaritinga – além de diversos voluntários de Distritos e Povoados do Estado – juntaram-se às forças móveis, a fim de por em prática as determinações do Governo Dantas Barreto” (DANTAS, Op. Cit., p. 205). No dia 26 de novembro de 1914, o Alferes Teófanos Ferraz Torres saiu de Taquaritinga em perseguição ao grupo de Antônio Silvino, em virtude da denuncia do sub-delegado de Santa Maria. No dia seguinte, amanheceu em Pau Santo, onde teve informações seguras da passagem de Silvino por ali, em companhia de cinco cangaceiros. (*Correio de Campina*, 06 dez 1914)

Em seguida, a força pública partiu em direção a Riacho Direito e Junco, fazenda deste município, passando também em Caruaru e, finalmente, na Fazenda Lagoa de Lage, situada nos arredores do povoado Olho D'água da Onça. Alí chegando, o alferes Teófanos cercou a casa de Joaquim Pedro, proprietário da fazenda, e procurou informações acerca de Antônio Silvino. Joaquim Pedro negou saber o paradeiro dos cangaceiros (*Correio de Campina*, 13 dez. 1914). Todavia, presumindo serem inverídicas as informações, Teófanos Torres penetrou na casa, prendeu a família de Joaquim Pedro num quarto e, segundo Sérgio Dantas, passou a espancá-lo e fazer ameaças de morte, no intuito de descobrir o paradeiro do grupo (DANTAS, Op. Cit., p. 207). Uma das filhas do fazendeiro, temendo acontecer o pior, pediu para ele contar a verdade. Além disso, momentos depois, um filho menor de Joaquim Pedro chegou com uma bacia contendo talheres e pratos. “Interrogado o pequeno, se levava comida aos cangaceiros, obteve resposta negativa, afirmando o depoente ter sido portador de comida para trabalhadores de roçado” (*Correio de Campina*, 06 dez 1914). Mas, após negarem veementemente o paradeiro de Antônio Silvino e seu grupo, Joaquim Pedro acabou cedendo à pressão do Tenente Teófanos e informou aonde os cangaceiros estavam escondidos.

Deste modo, ao chegarem no local indicado, os militares logo avistaram Silvino e seus homens descansando sob um juazeiro. “Para não dar tempo à fuga, o alferes deu ordem que a força avançasse” (*Correio de Campina*, 06 dez 1914). Deu-se início à batalha que durou aproximadamente uma hora de intenso tiroteio, do qual saíram feridos Antônio Silvino e seu companheiro Joaquim Moura, vulgo “Serra Branca”. Os outros cangaceiros conseguiram fugir.

Ao cessar dos tiros, Silvino ainda conseguiu, com a ajuda de “Serra Branca”, fugir do local do combate. Porém, vendo que seu ferimento era grave, Silvino resolveu entregar-se às autoridades. Inconformado e desapontado com a decisão do chefe, “Serra Branca” acabou tirando a própria vida com um tiro sob o queixo – não queria sofrer nas mãos da polícia. Antônio Silvino, por sua vez, depois de conseguir acomodar-se na casa do fazendeiro Manoel Mendes, mandou um recado ao Tenente Teófanos Torres dizendo que iria se entregar, o que aconteceu na manhã do dia vinte e oito de novembro de 1914. (DANTAS, Op. Cit., pp. 209-211). Encerrava-se assim sua jornada no cangaço!

Todavia, independentemente das acusações e perseguições perpetradas pelos jornais da época contra Antônio Silvino – identificando-o como uma pessoa que não tivesse sentimentos ou, mesmo, um assassino sanguinário e sem escrúpulos –, com sua prisão, alguns jornais, que antes o combatiam, passaram a desconstruir essas representações negativas que eles mesmos contribuíram para formar durante todo o tempo em que Silvino esteve no cangaço. O lado humano de Silvino – alguns atos de caridade, respeito e solidariedade, dispensados a muitos paraibanos – passou a ser reconhecido também pelos que antes lhes perseguiam.

Neste sentido, um dia depois de sua prisão, o jornal *Correio de Campina* afirmou que Antônio Silvino não era um cangaceiro completamente boçal e destituído de todos os sentimentos humanos, que havia fatos na vida de Silvino que não se explicavam numa vida de absoluto domínio. Esse mesmo jornal reconheceu que Silvino gostava de respeitar famílias, embora muitas vezes exigisse algum dinheiro de maneira forçada ou, ao andar pelos sítios, fazendas, vilas ou cidades da Paraíba e encontrando-se com pessoas com muito dinheiro, mas sabendo que o dinheiro não pertencia aquele

indivíduo, o deixava passar. Nos tempos críticos, teria tomado dinheiro dos mais ricos para distribuir com a pobreza.

É por isto que dissemos, Antônio Silvino não era de tudo destituído de sentimentos humanitários; é uma alma negra coberta de crimes, mas algumas vezes visitada por isto que chamamos compaixão. Se isto não tem lugar para ser aplicado a vida de tamanho monstro humano, então ele tudo fazia para se celebrar, e neste caso vem o outro adjectivo: não é um cangaceiro completamente boçal. (*Correio de Campina*, 13.12.1914)

No geral, independente da intencionalidade de cada discurso na produção do imaginário paraibano sobre Antônio Silvino, todas as representações foram relevantes para que pudéssemos pensá-lo em vista de uma postura centrada no “modelo de encontro” (BURKE, 2000), possibilitando assim a percepção de um ser múltiplo, possuidor de várias características que a ele foram atribuídas, anteriormente, de forma separada.

Notas:

¹ Podemos perceber, a partir de vários fragmentos do romance de José Lins, como é tênue a fronteira entre ficção e realidade. Zé Paulino, que aparece em *Menino de Engenho* é personagem fictício, embora represente proximamente o avô do autor. Zé Paulino é avô de Carlinhos, o narrador do romance. Já o Coronel Napoleão, do Pilar, e o próprio Antônio Silvino são personagens reais.

² Cf. Processo Criminal contra Firmino Paulo da Silva, vulgo Fura Moita, nº 33, Campina Grande. 1ª Vara do Tribunal do Júri. Fórum Afonso Campos, 1906, p. 8

³ Cf. Idem, p. 7. Apesar de Firmino Paulo da Silva informar que havia entrado no grupo de Antônio Silvino no ano de 1905, o jornal *A União* já noticiava a presença deste cangaceiro no ano de 1900. Nos parece que “Fura Moita” mentiu em seu depoimento à Justiça, no intuito de se livrar da culpa de muitos outros crimes que, por ventura, teria cometido durante os anos que efetivamente passou no grupo de Silvino. Além disso, é interessante observar que o jornal *A União* noticiou a morte de “Fura Moita” no ano de 1900 (Cf. *A União*. Parahyba do Norte, 25 jun. 1900, apud DANTAS, Op. Cit., p. 45). Porém, vimos que em 1906 ele estava vivo e sendo processado na 1ª Vara do Tribunal do Júri, em Campina Grande-PB. Logo, entendemos que o jornal teria se equivocado ao dar à notícia ou, então, o fez no sentido de dar ênfase a ação policial e tranquilizar a população com a morte do cangaceiro.

⁴ Cf. Firmino Paulo da Silva, p. 7

⁵ Cf. Idem, pp. 7-8

⁶ Cf. Processo Criminal contra Manoel Baptista, vulgo Antônio Silvino, s/n, Campina Grande. 1ª Vara do Tribunal do Júri. Fórum Afonso Campos, 1906. p. 22

⁷ Cf. Idem, p. 6

⁸ Cf. Idem.

⁹ Cf. Firmino Paulo da Silva, Op. Cit., p. 8

¹⁰ Cf. Idem, p. 11

¹¹ Cf. Idem, pp. 8-9

¹² Cf. Idem, p. 9

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

BURKE, Peter. “Unidade e variedade na história cultural”. In: *Variiedades de história cultural*. Tradução de Alda Porto. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. pp. 231-267.

DANTAS, Sérgio Augusto de Souza. *Antônio Silvino: o cangaceiro, o homem, o mito*. Natal: Cartgraf, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os cangaceiros*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. 28. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1980.

Fontes

Processo Criminal nº 33, Firmino Paulo da Silva, vulgo Fura Moita, Campina Grande. 1ª Vara do Tribunal do Júri. Fórum Afonso Campos, 1906.

Processo Criminal s/n, Manoel Baptista, vulgo Antônio Silvino, Campina Grande. 1ª Vara do Tribunal do Júri. Fórum Afonso Campos, 1906.

Jornal Correio de Campina